

Área: Sustentabilidade | **Tema:** Temas Emergentes em Sustentabilidade

A AMAZÔNIA E A SUA PROGRESSIVA DESTRUIÇÃO FLORESTAL PELA AÇÃO ANTRÓPICA

THE AMAZON AND ITS PROGRESSIVE FOREST DESTRUCTION THROUGH ANTHROPIC ACTION

Marcus Vinicius Aguiar Macedo e Eduardo Ernesto Filippi

RESUMO

O caráter bibliográfico da pesquisa subsidiou a reflexão sobre a destruição florestal amazônica resultante da ação antrópica. Com isso, constatou-se que o aumento sem precedentes das queimadas na região Amazônica Brasileira fizeram surgir ao mundo o receio que os Países Amazônicos como um todo - mas em especial o Brasil, por ser o maior "condômino internacional" da Panamazônia -, com suas práticas de degradação, possam contribuir para colocar em risco a própria sobrevivência global em sua falta de cuidado com aquele ecossistema, destruição esta que, após ter-se tornado pública, em época recente, ainda passou a alimentar um raro e desnecessário debate sobre a soberania e posse da Amazônia Continental, a qual, partindo de importantes mandatários europeus, acabou alcançando foros internacionais. Tais preocupações de fato se justificam, tendo em vista as previsíveis e conhecidas consequências na afetação da temperatura global e no índice de precipitação das chuvas se aquele patrimônio em biodiversidade se encaminhar inevitavelmente para a destruição, a partir de um ponto de "não retorno".

Palavras-Chave: AMAZÔNIA

ABSTRACT

The bibliographical character of the research supported the reflection on the Amazonian forest destruction resulting from anthropic action. With this, it was found that the unprecedented increase in fires in the Brazilian Amazon region made the world fear that the Amazon countries as a whole - but especially Brazil, as the largest "international joint owner" of Panamazonia -, with its practices of degradation, may contribute to jeopardizing its own global survival in its lack of care for that ecosystem, a destruction that, after becoming public in recent times, still started to fuel a rare and unnecessary debate about the sovereignty and possession of the Continental Amazon, which, starting from important European leaders, ended up reaching international forums. Such concerns are in fact justified, in view of the predictable and known consequences in the affectation of the global temperature and in the rainfall index if that heritage in biodiversity is inevitably headed for destruction, from a point of "no return".

Keywords: AMAZÔNIA

A AMAZÔNIA E A SUA PROGRESSIVA DESTRUIÇÃO FLORESTAL PELA AÇÃO ANTRÓPICA

1 INTRODUÇÃO

Mesmo sabendo o quão difícil é precisar o ritmo atual de desaparecimento das florestas no Planeta, existe atualmente um consenso mundial no sentido de que a perda da cobertura vegetal ultrapassou significativamente as evoluções naturais dos últimos milênios, havendo estimativas de que entre 100.000 e 170.000 km² de mata seriam perdidos a cada ano, sendo que, em 2010, a cobertura florestal global não passaria de 60% de sua superfície em comparação ao ano de 1990. Esta situação é deveras mais preocupante, neste particular aspecto, exatamente no tocante às florestas tropicais, o que representa um desafio permanente à comunidade internacional e aos países sobre os quais se estende o ecossistema panamazônico (PASQUIS; BOUAMRANE; 2002, p. 279-280).

A presente pesquisa busca **refletir sobre a destruição florestal amazônica resultante da ação antrópica**. Para tal mister, o caráter bibliográfico da pesquisa inicia esclarecendo uma confusão entre o termo desmatamento e o termo desflorestamento.

2 A AMAZÔNIA: DA CRISE PARA EMERGENCIA AMBIENTAL

O desmatamento pode ser entendido como um corte raso da floresta; já o desflorestamento pode envolver realidades diversas, levando em conta desde o desaparecimento total da cobertura vegetal até a fragmentação e a degradação, práticas estas que, no conjunto, têm levado à perda de serviços ambientais valiosos tanto para os próprios ecossistemas como para a sociedade, incluindo a manutenção da biodiversidade, da ciclagem da água e dos estoques de carbono (PASQUIS; BOUAMRANE, 2002, p. 279-280).

As florestas tropicais, especificamente, ocupam 7% da superfície terrestre e abrigam mais de 50% das espécies vegetais globais, concentrando a Amazônia Continental ou Panamazônia, em particular, a maior parte dessa cobertura vegetal, sendo exatamente nesse contexto que deve ser analisada a importância do manejo sustentável dos bens da natureza presentes nesta porção geográfica transnacional, dada a potencial capacidade de a degradação desse ecossistema acabar por influenciar o clima e os índices de precipitação pluviométrica globais, com consequentes prejuízos para as populações (GAZONI; MOTA, 2002, p. 282-283).

No Brasil, em especial, enquanto país que ocupa a maior parte do Bioma Amazônico, a Amazônia Legal Brasileira acaba por compreender, de fato, 60% da Floresta Amazônica Continental, sendo que, apesar da grande importância dessa cobertura vegetal na regulação do clima, na manutenção da biodiversidade e na provisão de serviços ambientais, o processo de sua ocupação nas últimas décadas não primou pela sua conservação. No caso, em que pese a destruição da Amazônia Brasileira tenha sido pouco relevante até a década de 1950-1960, quando foi iniciada a construção dos primeiros eixos rodoviários para conectar essa região com o restante do país, após os anos 1970 as políticas de ocupação na região combinaram empreendimentos de exploração econômica com estratégias geopolíticas, como a construção de uma rede de estradas, de hidrelétricas e de equipamentos de telecomunicações, juntamente com o incentivo às atividades de agropecuária, mineração e madeireira, ocasião em que aquela porção geográfica deixou de ser apenas uma fronteira de expansão agropecuária. A partir de então, essa região acabou por se constituir num território que passou a apresentar estruturas produtivas próprias e projetos variados, que envolvem atualmente a ação de diferentes atores, tornando até mesmo difícil identificar as causas mais importante para o seu desflorestamento, incidindo, na verdade, neste particular aspecto, uma série de concausas que

levam à diminuição de sua cobertura vegetal (MAURANO; ESCADA; RENNO, 2019, p. 1764).

O fato é que a Amazônia Brasileira, em especial – agora com um novo Governo, eleito ao final de 2018 com um discurso anti-ambientalista – queimou nesses últimos meses. E queimou em patamares sem precedentes, deixando um rastro de destruição de imensas porções de Mata Amazônica Brasileira como nunca se havia visto, fazendo surgir ao mundo o receio de que os Países Amazônicos como um todo – mas em especial o Brasil, por ser o maior “condômino internacional” da Panamazônia –, com suas práticas de degradação, possam contribuir para colocar em risco a própria sobrevivência global em sua falta de cuidado com aquele ecossistema, destruição esta que, após ter-se tornado pública, em época recente, ainda passou a alimentar um raro e desnecessário debate sobre a soberania e posse da Amazônia Continental, a qual, partindo de importantes mandatários europeus, acabou alcançando foros internacionais.

Tais preocupações de fato se justificam, tendo em vista as previsíveis e conhecidas consequências na afetação da temperatura global e no índice de precipitação das chuvas se aquele patrimônio em biodiversidade se encaminhar inevitavelmente para a destruição, a partir de um ponto de “não retorno”. Realmente, tamanha foi a destruição evidenciada na Amazônia Brasileira em passado recente que se passou a construir um cenário hipotético de um mundo sem a presença daquele importante bioma, sendo certo, no entanto, que não há futuro algum para a humanidade numa perspectiva em que a proteção ao meio ambiente amazônico seja tratada como “estorvo”, ou, dito noutras palavras, se o aquecimento seguir a tendência atual – sem uma ação para conter o desmatamento, as queimadas e a degradação –, a situação da Amazônia tende a se agravar a níveis críticos, com previsão de aumento na temperatura média do ar projetado até o final do século 21 bem acima de 4°C, e redução nas chuvas de até 40%, em que grandes desequilíbrios nos ecossistemas vitais para a sobrevivência da humanidade estão previstos, tais como o comprometimento dos recursos naturais, surgimentos de doenças, queda na qualidade da água, dos alimentos, chegando inclusive à extinção de espécies, como explica Madeiro (2019, s/p.).

Por tudo isso, a crise ambiental havida recentemente na Amazônia Brasileira acabou sendo elevada a mais uma emergência ambiental que está a merecer a atenção do mundo, acabando por se firmar no centro de discussões dos órgãos de governança ambiental do Planeta, como na própria Organização das Nações Unidas (ONU), tendo reflexo, ademais disso, noutras organizações internacionais de caráter regional, no bojo das quais tem especial destaque, exatamente, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) – reunindo o Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. Com efeito, como se já não bastasse a multiplicação de catástrofes meteorológicas decorrentes do aumento do efeito devastador da atividade antrópica sobre o Planeta, em 2019 o mundo se escandalizou com a notícia de destruição de grandes porções da Região Amazônica, principalmente em território brasileiro, com a detecção antecipada, por satélites do chamado sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), da ocorrência de queimadas em imensas áreas de mata tropical, indicativas da aceleração desse processo de degradação ambiental.

Realmente, tamanha foi a degradação ambiental da Floresta Amazônica Brasileira detectada pelo INPE no período, e tão grande foi a repercussão do fato, que este tema acabou até sendo objeto de pauta da 45ª Reunião de Cúpula do “Grupo dos 7” (G-7), realizada entre os dias 24 a 26 de agosto de 2019, na Cidade de Biarritz, na França, quando, como é do domínio público, a partir de provocação do Presidente Francês, Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron, houve a cobrança pública aos governos dos países pelos quais se estende a

Amazônia Continental para reprimir as queimadas e o avanço do desmatamento amazônico, cobrança esta que foi direcionada principalmente ao Brasil, na pessoa do já empossado Presidente Jair Messias Bolsonaro, que, como antes dito, havia recentemente sido eleito com um discurso anti-ambientalista.

Esse chamamento à pauta da temática ambiental amazônica na Reunião do G7 chegou até a ocasionar, por parte do Governo Brasileiro recém-instalado, a demissão do então Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), por entender que os dados veiculados não estariam corretos, chegando o Presidente Brasileiro ao ponto de sugerir que o órgão poderia estar a serviço de ONGs internacionais. Ademais disso, o Governo Brasileiro protagonizaria, *a posteriori*, e mesmo junto à ONU, uma forte reação contra o Governo Francês, mediante a qual reafirmou a soberania dos Países Amazônicos na região – um tema bastante caro à diplomacia brasileira –, imputando a intervenção francesa no curso da Reunião do G7 como uma interferência estrangeira na Panamazônia, numa das tantas pretensas tentativas de sua internacionalização.

O fato é que, em data ulterior, mais recentemente, também a partir de estudos levantados pelo INPE, mas agora por intermédio de um levantamento satelital mais preciso, que é realizado ano-a-ano através do sistema de Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), o qual oferece um dado já consolidado de desmatamento que tem um nível de confiança superior a 95%, ficou comprovado que aquelas preocupações mundiais com as queimadas na Região Amazônica Brasileira não eram em vão: segundo o INPE, efetivamente em 2019 houve um aumento do desmatamento na Amazônia Brasileira de 29,5% em comparação com o ano anterior, tendo sido destruídos quase 10 mil km² de área florestal, tendo o Brasil neste ano batido o recorde do desmatamento em toda a década (MOREIRA; WATANABE, 2019, s/p).

Ressalta-se que o sistema PRODES realiza o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso em toda a Amazônia Brasileira, e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são estimadas a partir do incremento da perda de cobertura vegetal identificada em cada imagem de satélite que cobre a Amazônia Legal Brasileira, sendo os respectivos dados apresentados ao final de cada ano, os quais são utilizados pelo Governo Brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas de fiscalização e combate ao desmatamento. Tais taxas de desmatamento geradas pelo PRODES constituem informação importante para a formulação de políticas governamentais voltadas à gestão do uso da terra na Região Amazônica Brasileira, bem como um instrumento de avaliação da eficácia nas suas implementações, sendo tais dados também utilizados em acordos voluntários de monitoramento com outros países da Amazônia Continental ou Panamazônia, como, aliás, veio a ser feito em data mais recente no curso de cooperação encetada exatamente no âmbito da OTCA (MAURANO; ESCADA; RENNO, 2019, p. 1765).

Essa elevação nos índices do desmatamento na Amazônia Brasileira já era aventada de há muito por pesquisadores na área, pois que, desde a campanha para as Eleições Presidenciais, já se temia que os discursos do então candidato Jair Messias Bolsonaro, criticando por repetidas vezes a fiscalização ambiental e afirmando que o Brasil tinha unidades de conservação e terras indígenas em demasia, pudessem servir de combustível para o aumento do desmate na região, sendo também verdade o fato de que, durante o período eleitoral, de agosto a outubro de 2018, a destruição da Floresta Amazônica Brasileira cresceu 48,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior, sendo certo, ademais disso, que, no tocante ao desmatamento da Amazônia,

O aumento percentual deste ano é o terceiro maior da história. Aumentos tão acentuados só foram vistos nos anos de 1995 e 1998. No primeiro, o crescimento foi

de 95% e a taxa alcançou o pico histórico: 29.100 km² de área devastada. Já em 1998 o aumento do desmate foi de 31% (MOREIRA; WATANABE, 2019, s/p).

Não faltam razões econômicas, sociais e até éticas para cuidarmos bem da Floresta Amazônica e impedirmos a sua destruição. Contudo, como dizem os cientistas Ricardo Abramovay *et al.*, por ocasião do lançamento de um documento formulado em setembro de 2019, tendo por objetivo contribuir para as discussões do Sínodo dos Bispos para a Amazônia – que aconteceu em Roma, de 06 a 27 de outubro de 2019 –, para os países sobre os quais se estende esse gigantesco patrimônio da humanidade que se constitui na Panamazônia, no qual se encontra um complexo e delicado sistema ecológico que abriga a mais rica biodiversidade do Planeta, há que se reconhecer cientificamente naquela região algo essencial à vida e valioso demais para ser negligenciado, e também necessário à própria manutenção da economia sul-americana – que ainda depende do agronegócio –, que é a importância da integridade da vegetação amazônica para a manutenção dos ciclos hidrológicos globais (ABRAMOVAY *et al.*, 2019, s/p).

Segundo aqueles cientistas, diariamente a evapotranspiração transfere 22 bilhões de toneladas de água dos solos da Panamazônia para a atmosfera, sendo que em torno de 50% das chuvas têm origem exatamente na evapotranspiração da própria Floresta Amazônica – o que poderíamos chamar de um “processo de reciclagem da chuva” –, tratando-se este serviço ecológico de um insumo essencial para a segurança alimentar global, pois que, afinal de contas, “cerca de 70% do PIB (Produto Interno Bruto) da América do Sul deriva da zona de influência da chuva produzida pela Amazônia (ABRAMOVAY *et al.*, 2019, s/p).

Desta forma, a integridade da Amazônia, ou mesmo o uso sustentável dos bens da natureza ali existentes, não depende só do Brasil, envolvendo uma ação concertada dos países sobre os quais se estende esse imenso bioma, de enorme diversidade natural e cultural, abrigando não só um décimo de todas as espécies da Terra, mas também povos tradicionais que ali tem a sua morada há milhares de anos, perpassando pelo território de pelo menos oito países – Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname –, adentrando ainda num território europeu encrustado na América do Sul – a Guiana Francesa. Trata-se, como é cediço, de uma região que detêm singulares peculiaridades que a tornam única, as quais contribuíram para os percalços na própria formação das fronteiras amazônicas, assim como nas dificuldades de sua integração social, econômica e até ambiental, ali se destacando ainda o seu componente indígena, como a diversidade mais importante, num contexto em que, como não poderia deixar de ser, a discussão sobre a relativização do conceito de soberania estatal e de “Internacionalização da Amazônia” acaba surgindo como inevitável tema de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (org). **Marcos científicos para salvar a Amazônia**. Instituto *Humanitas* Unisinos. 11 out. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593369-marcos-cientificos-para-salvar-a-amazonia>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

GAZONI, Jefferson Lorencini; MOTA, José Aroudo. Fatores Político-Econômicos do Desmatamento na Amazônia Oriental. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília: Universidade de Brasília (UnB), v. 1, n. 1, p. 25-42, jan.-jun./2010.

MADEIRO, Carlos. Desmatada e aquecida, Amazônia perde até 50% da capacidade

de reciclar água. **Portal UOL**, São Paulo, 05 set. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/09/05/desmatada-e-aquecida-amazonia-perde-ate-50-da-capacidade-de-reciclar-agua.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

MAURANO, Luis Eduardo Pinheiro; ESCADA, Maria Isabel Sobral; RENNO, Camilo Daleles. Padrões espaciais de desmatamento e a estimativa da exatidão dos mapas do PRODES para Amazônia Legal Brasileira. **Revista Ciência Florestal**, Santa Maria: UFSM, v. 29, n. 4, p. 1763-1775, out./dez. 2019.

MOREIRA, Matheus; WATANABE, Phillippe. Desmatamento na Amazônia bate recorde e cresce 90,5% em 12 meses. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/desmatamento-na-amazonia-bate-recorde-e-cresce-295-em-12-meses.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

PASQUIS, Richard; BOUAMRANE, Meriem. Desflorestamento e impactos sobre a diversidade biológica: uma questão de escalas. In: THEODORO, Suzi Huff (Org.). **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 279-299.